



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDAO Nº 289/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10877/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Robson Rogério Telles Bezerra, Diretor do FUNPREVIM e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: Informação nº 06/2015-DICERP (fls. 578/597).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 689/2015-MPC-CASA (fls. 598) do Procurador de Contas Carlos Alberto Souza de Almeida.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
FUNPREVIM. Exercício de 2013.

*Regular com ressalvas. Multa. Prazo.
Instauração da cobrança executiva no caso de
não recolhimento do valor da condenação.
Determinação e recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 - JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2013, do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, que tem como Responsável o **Sr. Robson Rogério Telles Bezerra** (Diretor do FUNPREVIM e Ordenador de Despesas), nos termos do art. 188, §1º, inciso II da Resolução nº. 04/2002 c/c arts. 22, II e 24 da Lei nº. 2.423/96;

9.2 - APLICAR MULTA ao Responsável, **Sr. Robson Rogério Telles Bezerra** (Diretor do FUNPREVIM e Ordenador de Despesas durante o exercício financeiro de 2013), a ser recolhida aos cofres estaduais, nos termos do art. 1º, XXVI, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XXVI, da Resolução nº 04/02, no valor de R\$ 4.468,42 (quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fundamento no art. 53, parágrafo único da Lei nº. 2.423/96, pelas impropriedades citadas nos itens II, III e V da Proposta de Voto.

9.3 – DETERMINAR ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, sob pena de multa caso não sejam atendidas em suas próximas prestações de contas, que sejam adotadas as medidas que sejam cabíveis para a promoção do concurso público para criação e preenchimento de cargos;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 289/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4 - ENCAMINHAR cópia da Proposta de Voto e do Parecer n.º 2372/2014-MP-CASA (fls. 549/554), para que na próxima Inspeção *In Loco* possa ser apurado de forma detalhada o repasse de recursos ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, bem como se foram cobrados de juros e mora nos caso tenham ocorrido repasses em atraso das contribuições descontadas dos servidores municipais;

9.5 - FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.6 - AUTORIZAR desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

9.7 – Em concordância ao voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, DETERMINAR:

a) Ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, na forma dos arts. 140, IV, e 189, II, da Resolução TCE nº. 04/02, o cumprimento disposto na análise da defesa das RESTRIÇÕES E/OU QUESTIONAMENTOS Nº. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39 e 42, referentes à NOTIFICAÇÃO Nº. 02/2014-CI/DICERP/SECEX;

b) Que a próxima Comissão de Inspeção *in loco* verifique o cumprimento das determinações emanadas pelo Tribunal de Contas.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de maio de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12.1 – Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
Procurador-Geral, em substituição